Fracasso da COP desafia diplomacia climática

Modelo das conferências, que exige unanimidade de quase 200 países para a aprovação do texto final, é colocado em xeque. Apesar do encerramento do evento, as negociações continuam sob a batuta da Turquia e da Austrália até a próxima edição

» PALOMA OLIVETO

O fracasso da COP31 em não aprovar um acordo político abrangente expõe uma dificuldade crescente para a cooperação internacional: transformar compromissos climáticos em decisões capazes de acelerar a redução das emissões e ampliar o apoio financeiro aos países mais vulneráveis. Para especialistas, apesar de a rejeição do chamado Pacto de Antália não sepultar o Acordo de Paris, os impasses da conferência reforçam o desgaste de um modelo de negociação que chegará à Etiópia, em 2027, com risco alto de falhar.

Na rede social X, o ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore defendeu uma reforma profunda nas COPs. "Os líderes mundiais não querem mais se contentar com o mínimo denominador comum. Eles buscam ações concretas", afirmou. Segundo o ativista climático, a maioria dos países chegou à conferência disposta a negociar, mas esbarrou em um processo de negociação que não funciona mais.

Nas COPs, as decisões são tomadas por unanimidade, algo difícil quando há delegações de 196 países à mesa. "É o momento de fortalecer os líderes de boa vontade por meio de um processo multilateral revigorado, que reflita as descobertas científicas mais recentes e represente a vontade da maioria da população mundial", apontou Gore. "Quando as COPs foram criadas, por razões que compreendo, elas foram feitas apenas por consenso. Isso é muito difícil quando também é necessário consenso para mudar um consenso, o que representa um desafio particular", comentou aos jornalistas Chris Bowen, ministro australiano do clima e copresidente da conferência de Antália.

Desconfiança

Para Bruno Toledo Hisamoto, especialista em relações internacionais e mudanças climáticas do Instituto ClimaInfo, a dificuldade de um consenso, aliada a uma "conferência sem direcionamento político, estratégia de negociação e clareza de propósito" decretou o fracasso da COP31. "A condução do processo em Antália foi desastrosa, o que intensificou a desconfiança entre as Partes e, ao final, inviabilizou um resultado substantivo", diz. "Mas a culpa não é só da copresidência — há dois anos vemos as negociações travadas pela indisposição dos países desenvolvidos em prover o financiamento climático aos países em desenvolvimento. A COP31 mostrou que o regime multilateral para o clima precisa de reformas, mas reformá-lo sem que os países assumam de fato seus compromissos será difícil", acredita.

O pivô do impasse foi o rascunho apresentado pela presidência da conferência, dividida entre Turquia e Austrália, que omitia as referências diretas à transição para longe dos combustíveis fósseis, deixando de fora o roteiro de transição energética proposto pelo Brasil na COP30, em Belém. União Europeia, Reino Unido, Panamá e nações insulares do Pacífico rejeitaram formalmente o texto por considerá-lo um retrocesso.

Mas o fim do uso de petróleo, gás natural e carvão não foi o único fator que impediu uma decisão de capa, como se esperava após duas semanas de debates na Turquia. Também faltou consenso sobre o financiamento climático, especialmente em relação aos recursos destinados a ajudar as nações mais vulneráveis a enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. Além disso, não houve acordo sobre como acelerar a implementação dos compromissos assumidos no Acordo de Paris, incluindo a necessidade de ampliar a ambição das metas nacionais de redução de emissões.

Continuidade

Em sua 20ª COP acompanhada de perto, André Ferreti, gerente de Economia da Biodiversidade da Fundação Grupo Boticário e membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza (RECN), pondera que o fim do evento não encerra as negociações. "A Presidência da COP31, inclusive, continuará ativa até o primeiro dia da COP32, que será de 8 a 19 de novembro de 2027, na cidade de Addis Abeba, na Etiópia", diz. Ferreti lembra que a COP de Belém também terminou sem mencionar os combustíveis fósseis e com impasses no financiamento. "Naquele momento, a presidência brasileira da COP foi criticada, mas ela continuou trabalhando e tentando buscar consenso."

Após consultar 115 países, a equipe do Brasil consolidou sugestões nos documentos apresentados na primeira semana da COP31, os mapas do caminho para afastamento dos combustíveis fósseis e preservação da biodiversidade. "Espera-se, então, que isso também aconteça agora, que a presidência da COP31 continue trabalhando firmemente e dialogue com os países, tente avançar no que for possível, chegue na próxima COP e entregue produtos que possam ajudar a COP32 a ter mais fluidez, mais consensos. Esse processo nunca termina." Antes de Addis Abeba, haverá duas sessões de negociações em Bonn, na Alemanha.

Ferreti também lembra que as mudanças climáticas estão na pauta de outros encontros internacionais, como as reuniões do G20, grupo responsável por cerca de 77% das emissões globais de gases de efeito estufa, que se reunirá em dezembro, em Miami, nos Estados Unidos. "No G20 há um fórum para se discutir questões que vão impactar diretamente as emissões. E, em vez de estar falando com quase 200 países, são 20. Então, a busca por consensos deve ser muito mais fácil."

AFP



Copresidente da COP31 e ministro do Meio Ambiente, Urbanização e Mudanças Climáticas da Turquia, Murat Kurum encerrou a conferência após 40 horas de discussões sem consenso

United Nations Climate Change | COP31 TÜRKİYE ANTALYA

Tânia Rêgo/Agência Brasil

Palavra de especialista

COP do ecocídio

Sem dúvida, a COP31 foi uma das COPs sem nenhum avanço. Aliás, chegou a ir bastante para trás, em função do que se esperava. O Brasil apresentou dois mapas do caminho na COP30 e teria sido um avanço muito grande, porque um apontaria quando deveríamos reduzir globalmente as emissões pelo uso de combustíveis fósseis, e o outro indicava o caminho para zerar o desmatamento e a degradação de todos os biomas. É muito importante que a maioria dos países queria avançar, mas alguns não permitiram esse avanço. Politicamente, aconteceu uma coisa difícil de acreditar. Não vamos nos esquecer de que, nos últimos dias da COP31, ocorreu uma reunião na China, entre os presidentes de China, Rússia e Estados Unidos. Quando a gente olha esses três países, eles são responsáveis por cerca de 40% das emissões dos gases de efeito estufa e mais de 70% pela queima de combustíveis fósseis. Então, é muito simbólico que, em primeiro lugar, os Estados Unidos, com esse presidente (Donald Trump), saiu do Acordo de Paris. Depois, o presidente da China e o da Rússia não foram à COP31, então já era, politicamente, uma mensagem que querem continuar consumindo combustíveis fósseis sem uma meta de zerá-los. No Acordo de Paris e na COP26, de 2021, em Glasgow, na Escócia, todos os países concordaram em não deixar o aquecimento global passar de 1,5°C. Isso está totalmente comprometido, porque nós já estamos atingindo esse aquecimento, vamos atingir permanentemente até antes de 2030, e, se continuarmos nesse ritmo, poderemos chegar até 2,5°C em 2050. Isso é o que nós chamamos ecocídio — suicídio ecológico para o planeta. A COP33 será na China. E será que a China, em 2028, vai liderar o combate a essa superemergência climática? Difícil de prever, porque esse presidente (Xi Jinping), em vez de ir à COP31, aceita fazer a reunião com o presidente dos Estados Unidos, um total negacionista climático, e também com o presidente da Rússia (Vladimir Putin), onde as emissões não estão reduzindo. Então, vamos ver as próximas COPs o que será.

Carlos Nobre, *climatologista, membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza (RECN) e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP)*

Pauta esvaziada

NÃO FOI APROVADO

Pacto de Antália
- Não houve consenso sobre o documento, que reunia uma proposta política para a COP e outra para a reunião das partes do Acordo de Paris.

Transição para longe dos combustíveis fósseis
- O texto final não incorporou uma orientação política que estabelecesse como os países deveriam avançar na transição. Também ficou de fora a meta global de eletrificação de 35% até 2035.

Programa de Trabalho de Mitigação
- Os países não chegaram a um acordo sobre a renovação do programa, cujo mandato precisava ser renovado na COP31. A consequência é que, pelo menos até uma nova decisão, não haverá um processo dedicado à mitigação no âmbito do Acordo de Paris.

Medidas de resposta às mudanças climáticas
- Os países rejeitaram as propostas sobre o tema, que trata dos efeitos econômicos e sociais das políticas climáticas adotadas pelos países, especialmente quando essas medidas afetam o comércio, a produção, o emprego e a competitividade internacional.

Fundo Global para o Meio Ambiente
- As delegações também não chegaram a um acordo sobre um dos principais mecanismos internacionais de financiamento de projetos ambientais, incluindo iniciativas de combate às mudanças climáticas.

Financiamento da adaptação climática
- Embora tenha havido decisões sobre adaptação, não houve definição sobre a meta financeira, incluindo a base de comparação para cálculo dos recursos e quem forneceria o financiamento.

Mecanismo de Transição Justa
- A negociação foi adiada para a COP32. Entre as divergências, estão a estrutura de governança do mecanismo, as instituições responsáveis por sua implementação, a possibilidade de oferecer apoio financeiro e técnico específico e a relação com iniciativas já existentes.

Plano de Ação para o Empoderamento Climático
- O programa, que busca ampliar a participação da sociedade nas políticas climáticas por meio de educação, acesso à informação e formação foi rejeitado.

Decisões específicas sobre oceanos e montanhas
- A questão dos oceanos havia sido incluída no documento político abrangente, mas Fiji pediu uma decisão específica sobre o tema. Países menos desenvolvidos e outros grupos defenderam uma decisão própria sobre montanhas.

FOI APROVADO

Adaptação às mudanças climáticas
- A decisão sobre a Meta Global de Adaptação (GGA) estabeleceu a continuidade dos trabalhos para avaliar como os países estão se preparando para os impactos climáticos. Também foi aprovada uma decisão sobre questões institucionais e de funcionamento do Fundo de Adaptação, que financia os países em desenvolvimento.

Transição justa
- Os países aprovaram uma decisão do Programa de Trabalho dos Emirados Árabes Unidos para uma Transição Justa, que trata dos impactos sociais e econômicos da transição para uma economia de baixo carbono, incluindo a cooperação internacional. Mas a decisão não estabelece uma data global para o fim dos combustíveis fósseis nem cria um mecanismo financeiro específico.

Fonte: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)